

# **Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira**

**Critical psychology, political praxis, class and neoliberalism: a focus on Brazilian Psychology**

**Antonio Euzébios Filho**  
Universidade de São Paulo (Brasil)

**Oswaldo Gradella Júnior**  
Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho” (Brasil)

**Resumo.** O propósito deste artigo é discutir, teoricamente, possibilidades e desafios de uma atuação crítica da Psicologia, tendo a conjuntura atual no Brasil como pano de fundo. Para tanto, tomamos como parâmetro ético-político o materialismo histórico e dialético. A partir desta concepção, com base em conceitos como consciência de classe, movimentos sociais e práxis política, buscamos caracterizar uma perspectiva crítica da Psicologia. Por fim, com enfoque na Psicologia brasileira, concluímos que os desafios colocados pelo neoliberalismo no contexto atual, marcado por retrocessos sociais e avanço do conservadorismo, atingem diretamente as entidades representativas da Psicologia como ciência e profissão. O cenário na atualidade reforça a necessidade de adotar ações táticas e imediatas de enfrentamento. Porém, para não retroceder ao pragmatismo reformista é fundamental estar atento aos princípios de uma Psicologia classista, como aqueles consagrados no Brasil e na América Latina.

**Palavras chave:** consciência de classe, movimentos sociais, neoliberalismo, práxis política, psicologia crítica.

**Abstract.** The purpose of this article is to discuss, theoretically, the possibilities and challenges of a critical performance of Psychology, having the current situation in Brazil as a background. For this, we take historical and dialectical materialism as an ethical-political parameter. From this conception, based on concepts such as class consciousness, social movements and political praxis, we seek to characterize a critical perspective of Psychology. Finally, with a focus on Brazilian Psychology, we conclude that the challenges posed by neoliberalism in the current context, marked by social setbacks and the advance of conservatism, directly affect the representative entities of Psychology as science and profession. The current scenario reinforces the need to adopt tactical and immediate coping actions. However, in order not to go back to reformist pragmatism, it

is essential to be alert to the principles of a classist Psychology, such as those established in Brazil and Latin America.

**Key words:** class consciousness, critical psychology, neoliberalism, political praxis, social movements.

## Introdução

Os tempos são sombrios para aqueles que vislumbram a humanização das relações sociais e de produção. Torna-se corriqueiro observar situações que favorecem, concretamente, a construção de um cenário econômico e socialmente predatório, que combina repressão com desigualdade social. Legado de um neoliberalismo que se revelou eficiente em sua tarefa de tornar todas as esferas da vida objetos de consumo (Euzébios Filho e Guzzo, 2018). Trata-se, contudo, de uma etapa do capitalismo que não apenas vem triunfando na esfera econômica – com as privatizações, financeirização do capital e maximização das grandes fortunas – mas também na dimensão mesmo da sociabilidade humana (Parker, 2007). Basta observar os modelos tecnicistas de educação, a construção dos afetos por redes sociais voltadas a aprimorar o consumo de massa, as fábricas de produzir cultura reciclável (os *hits* do verão são um exemplo disso), a violência social, a relação predatória com a cidade e com o meio ambiente, etc. (Harvey, 2014).

No neoliberalismo, qualquer parâmetro ético passa a se dissolver na capacidade individual de consumo de um sujeito atomizado, vítima do modo de vida mercantilista. Tudo se torna mercadoria possível de venda.

Porém, nem tudo se resolve quando se vende e nem tudo se vende facilmente. Mesmo sendo a exploração econômica o elemento fundante do modo de sociabilidade capitalista, permanecem vivos os embates morais sobre justiça e liberdade humana. Temos como exemplo desse ponto de inflexão moral e político a lutas sociais travadas, atualmente, em torno da liberdade sexual.

A temática da sexualidade vem ancorando importantes pontos de inflexão na conjuntura brasileira, e nesse particular incluem as entidades e campos representativos da Psicologia no Brasil (Anjos e Lima, 2016). De um lado, é sabido que o grande capital se baseia no lucro e no consumo, inclusive, da sexualidade. Por outro lado, o conservadorismo social se expressa, em uma de suas dimensões, pela “defesa da família”. São setores conservadores e religiosos (particularmente despontando os neopentecostais) que compõem a base de governo federal eleito na última eleição (2018), tornando-se agentes políticos ainda mais importantes no país e se fortalecendo pelo conservadorismo de uma sociedade machista e monogâmica. Paralelamente, movimentos LGBT-s tornam explícitas suas reivindicações e causam reação dos mesmos setores que, cada vez mais, passam a se organizar também para disputa de importantes entidades

representativas dos psicólogos brasileiros – como os Conselhos regionais e federal de Psicologia.

A disputa das últimas eleições do sistema de Conselhos da Psicologia brasileira, realizadas em 2019, ilustra como os embates travados na conjuntura brasileira se expressam também neste campo profissional. A chapa apoiada diretamente pelo núcleo do governo federal atualmente eleito era denominada de “Psicólogos em ação”. Esta chapa dizia-se apartidária e sem ideologia. Porém, fazia a defesa do projeto de lei conhecido como “Cura Gay”, que propõe a reversão sexual de homossexuais – contrariando a resolução 0001/99 do Conselho Federal de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Também a exemplo do governo federal eleito, a chapa anunciava que os Direitos Humanos eram uma bandeira ideológica que abrandava o combate à criminalidade – um retrocesso para uma categoria profissional que, desde a década de 1990, se alinhou às pautas democráticas no Brasil.

O fato de a referida chapa ter amargado o último lugar em todos os pleitos eleitorais dos Conselhos regionais e Federal de Psicologia demonstra que, mesmo em tempos de crise, processos de resistência persistem na luta pela mudança social. Por outro lado, é nesse cenário de inflexões que observamos, sem dúvida, o crescimento de um conservadorismo social que se fortalece no Brasil (Euzébio Filho e Guzzo, 2018) e no mundo (Urban, 2004), inclusive pela via eleitoral. Sem dúvida, passa a ameaçar os Direitos Humanos com ações repressivas orquestradas por setores religiosos fundamentalistas, que clamam pela “valorização da vida” e pela retomada dos “valores cristãos”. Curiosamente, apoiam um governo federal, como o atual, que incita abertamente a violência contra populações marginalizadas. Paradoxalmente, estes também são os mesmos que bradam contra a corrupção.

São justamente estes os setores a travar, atualmente, disputas árduas, inclusive, com campos progressistas no interior da Psicologia brasileira. A disputa ocorre por uma série de questões, por exemplo, para permanecer na esfera da sexualidade: a mencionada proposta de “Cura gay” – ou reorientação sexual. Como dito, trata-se de um projeto de lei, apresentado à câmara federal pela base parlamentar do hoje presidente da república, cujo objetivo é o de oferecer processos terapêuticos para conversão da sexualidade, entendendo homossexualidade como doença (algo que as entidades representativas da Psicologia já superaram há pelo menos três décadas) (Anjos e Lima, 2016). Outro campo de disputa, para citar mais um, envolve a polémica em torno da proposta de legalização do aborto – pelos movimentos sociais tratada como caso de saúde pública, pelos setores conservadores, liderados pelos neopentecostais, como atentado à vida.

Temos também como exemplo do conservadorismo, que atualmente compõe o governo nacional eleito em 2018, as chamadas bancadas

parlamentares da “bala”. Isto é, deputados federais comprometidos com a indústria-armamentista que obteve vitória na liberação de porte de armas no Brasil recentemente. Poderíamos citar outros setores conservadores, já conhecidos no cenário político nacional, ligados ao grande capital e à grande mídia. Mas não desviaremos do foco de nossa reflexão.

Ainda no que tange o momento atual, contudo, é necessário observar que os dilemas não se limitam ao conservadorismo, mas à própria esquerda, especialmente aquela denominada por Tonet (2005) de esquerda democrática – uma esquerda reformista que, embora se aproprie das narrativas socialistas, prioriza a luta institucional e prevê uma transformação social gradual, por dentro das políticas sociais. Isto seria (ou foi) possível?

Fato histórico conhecido que diferentes campos da esquerda democrática se tornaram governos em diferentes países da Europa e da América Latina. Ficamos apenas com o exemplo do Brasil e o governo federal dirigido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2002 a 2016.

A primeira eleição de Lula da Silva foi um marco histórico não apenas para o Brasil e para o mundo, mas no campo particular da Psicologia foi extremamente relevante, a considerar que havia (e há) uma estreita aproximação política entre as entidades representativas da profissão – especialmente aquela representada pelo movimento denominado “Psicologia e compromisso social” – e as políticas do PT (Euzébios Filho, 2016). Isto não deve ser de se estranhar, uma vez observando avanços (focalizados, é verdade) em áreas sensíveis para a Psicologia. Por exemplo, foi exatamente no primeiro mandato de Lula da Silva (entre 2002 e 2006) que foram evidenciados avanços significativos para estruturação de uma política nacional de Saúde Mental, baseada em preceitos claramente fundamentados na luta antimanicomial (Euzébios Filho, 2016).

A estreita relação política entre as entidades e ramificações do governo petista permaneceu com o tempo e, de certa forma, encontra uma conjuntura que reforça esta direção – levando em conta o impeachment de Dilma (2016), a prisão de Lula (ambos ex-presidentes pelo PT) e os resultados conservadores das últimas eleições. Ainda assim, fica claro para determinados setores progressistas da Psicologia brasileira, a avaliação de que o PT abandonou significativamente o reformismo de esquerda (pois, que se diga: que o partido nunca se declarou abertamente socialista) e deu passos largos à continuidade das políticas neoliberais de governos anteriores (Iasi, 2006). Estes passos foram traçados por projetos de privatizações, pela política macroeconômica, além de reformas no campo das políticas sociais, como é o caso da reforma na Educação Superior.

Sobre a reforma da Educação Superior, cabe um pequeno parêntese. É importante mencionar que os dois primeiros mandatos de Lula da Silva, em 8 anos, foram responsáveis pelo aumento significativo de vagas no

ensino superior federal. Porém, também devemos reconhecer que a referida reforma teve como grande objetivo ampliar a participação do setor privado na área. Nesse particular, aliás, obteve sucesso dado o evidente crescimento de conglomerado de capitais investidores na área da Educação (Euzébios Filho, 2016).

Também vale lembrar que o cartão de visitas do governo Lula, no seu primeiro ano de mandato, foi uma dura repressão aos movimentos sociais que lutavam contra a reforma da previdência social do funcionalismo público federal. Neste caso, pelo caminho da previdência privada, abriu-se mais um campo de exploração das grandes corporações financeiras (Iasi, 2006). E ainda podemos citar uma enormidade de elementos que caracterizam retrocessos sociais importantes nos governos dirigidos por aquela que era conhecida como uma das maiores forças da esquerda no país e na América Latina do final da década de 1980 em diante: o Partido dos Trabalhadores.

No que se refere propriamente à ação repressiva do Estado, foi também no governo petista (desta vez levado a cabo por Dilma Rousseff), que a Lei de Segurança Nacional serviu para enquadrar qualquer manifestação popular como terrorismo, como ocorrido no contexto turbulento da realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016.

Finalmente, diante desse cenário contraditório, mas regressivo, qual seria o papel da Psicologia, que no geral sempre foi chamada a lidar com questões relacionadas à coesão ou conflito social? Contudo, a questão mais específica seria: qual é o papel da Psicologia brasileira, atualmente, considerando que parte significativa dela convive, há algumas décadas, com o lema “compromisso social”?

A intencionalidade desse artigo não é pretensiosa ao ponto de listar ações do psicólogo ou da Psicologia para enfrentamento da (des)ordem neoliberal. Mas é precisamente ajustar alguns termos que se tornaram partes da história recente da Psicologia social brasileira e latino-americana, como cidadania, transformação social ou mais precisamente “compromisso social” – considerando este último termo responsável por dar identidade a movimentos que compõem parcela importante das Psicologias Críticas no Brasil, ontem e hoje.

A caracterização teórica destes termos reforça sua importância no cenário social e econômico da atualidade. Ademais, é um caminho para refletir sobre a qualidade das relações atuais entre Psicologia, campos institucionais de poder, projetos de sociedade e movimentos sociais contestatórios.

Ocorre que o conceito de transformação social, assim como de compromisso social, é extremamente polissêmico. Deste modo, para caracterizar um processo de transformação social, é imprescindível ter

clareza teórica dos parâmetros ético-políticos que identificam este mesmo processo. Encontrar estes parâmetros é necessário para fincar pilares que conformam diferentes identidades das Psicologias Críticas (Holzkamp, 2016).

Um projeto de Psicologia Crítica pressupõe um projeto de sociedade que considera necessário algum nível de transformação social. Terá, deste modo, alguma característica anticapitalista (implícita ou explicitamente) (Parker, 2007). Mas, como afirmamos, os dilemas ético-políticos nem sempre são fáceis de precisar, razão pela qual existem inúmeras vertentes no vasto campo das Psicologias Críticas.

O materialismo histórico e dialético será o fundamento para discutir possibilidades e desafios de uma atuação política transformadora para dentro e fora da Psicologia, tomando a conjuntura atual como pano de fundo e com enfoque na Psicologia brasileira.

O debate sobre consciência de classe e práxis política, no campo do marxismo, será o primeiro referencial utilizado para desenvolvimento desse traçado teórico que busca, minimamente, caracterizar um dos horizontes ético-políticos presentes no campo das Psicologias Críticas, dialogando com os princípios da Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 1996; Dobles, 2015). Em um segundo momento, procuramos delimitar o conceito de Movimentos Sociais, para discutir caminhos que levam (ou não) à emancipação da classe trabalhadora – debate fundamental para conceituar uma Psicologia classista, bem como para analisar os desafios por ela enfrentados em um cenário marcado pelo neoliberalismo e conservadorismo social.

### **Consciência de classe e consciência psicológica: buscando parâmetros teóricos para uma Psicologia classista**

Para realizar um debate teórico sobre os parâmetros ético-políticos de uma Psicologia classista, iniciamos nossa reflexão em torno do conceito de consciência de classe. Para chegar a este conceito, como pretendemos a partir de agora, é necessário entender antes, mesmo que em linhas gerais, o que é consciência.

A consciência, na acepção marxista, não se resume a ter mais ou menos conhecimento sobre um determinado aspecto da realidade, mas também ao poder de interferência que ela tem sobre o real (Lessa, 2002). Ou seja, a consciência é práxis e assim ela se diferencia, em última instância, pela unidade entre conhecimento e ação, teoria e prática.

Deste modo, é coerente afirmar que a consciência atinge diferente níveis a depender do grau de conhecimento teórico, no sentido proposto por Davidov (1982) ou Kosik (1961), sobre um determinado objeto e a totalidade em que ele está inserido. Os níveis de consciência são caracterizados também pelo alcance da ação prática para manipulação e

transformação deste mesmo objeto (Lessa, 2002). A partir desta lógica, no caso da consciência de classe, deduzimos que ela atinge graus mais elevados a partir do conhecimento teórico sobre a realidade de classes e da aplicação prática deste conhecimento na realidade concreta da classe trabalhadora, na direção da superação do capitalismo.

Note-se, então, que esta caracterização aponta a práxis política – isto é, a unidade dialética entre teoria e prática revolucionária – como elemento central para caracterização da consciência de classe. Mas ela também indica que esta práxis se manifesta em pelo menos três níveis da realidade: singular, particular e universal (Lessa, 2002).

Assim, o sentido marxiano atribuído à consciência de classe nos obriga a distinguir, como fez Lukács (2003), a consciência psicológica da consciência de classe como classe. Para o filósofo húngaro, a primeira se manifesta naquilo que o trabalhador pensa e sente individualmente no plano singular ou particular. Remete às experiências específicas e ao modo de vida, o que pode ou não coincidir, em um dado momento histórico, com um projeto de emancipação da classe. A segunda é produto de uma condição universal posta pelo capital ao conjunto da classe trabalhadora – a exploração do trabalho material ou abstrato. Trata-se, neste caso, de uma consciência de classe “em si” que pode se manifestar como consciência de classe “para si”, a depender de condições históricas, considerando que o fator subjetivo tem um papel importante, mas não fundante para o desencadeamento de um possível processo revolucionário.

A diferenciação entre consciência psicológica e consciência de classe serve: (1) para refutar a tese de homogeneidade psicológica da classe; (2) que a questão da subjetividade não se subordina a questão universal da condição de classe; (3) para diferenciar a natureza dos dois processos e distinguir a dimensão do singular, particular e universal na política.

Com isto, estabelecemos uma referência analítica para o diálogo com um conceito muito presente no campo da Psicologia Social: a conscientização. Trata-se de um conceito elaborado, fundamentalmente, por Paulo Freire (Freire, 2001) e que foi adotado por importantes psicólogos críticos, como Martín Baró (1996). Assim, confrontando, por exemplo, as perspectivas de Lukács e de Paulo Freire e Martín-Baró, é possível notar que as caracterizações entre aspectos singulares, particulares e universais da luta política, como proposto por Lukács, não se refletem, necessariamente, no conceito de conscientização da forma como foi abordado pelos autores citados. Para Martín-Baró (1996), a conscientização parece remeter, a exemplo de Paulo Freire, mais a uma mudança pessoal e social do que, necessariamente, a uma ação da classe como classe.

Martín-Baró analisa o processo de conscientização a partir de três aspectos: (1) da capacidade de reflexão do sujeito histórico, sendo essa capacidade aclarada por meio do diálogo; (2) essa reflexão é compreendida

como decodificação dos mecanismos que oprimem e desumanizam as relações sociais; (3) destaca, ainda, que essa reflexão não é uma tarefa introspectiva do sujeito isolado, mas ocorre em meio à uma práxis geradora de uma nova identidade particular e social. Ainda que esta identidade, para o autor, seja claramente identificada com um projeto classista, Martín-Baró parece dar mais atenção aos elementos psicossociais que envolvem o processo de conscientização. Assim, não nega de maneira alguma o elemento universal da classe, mas dá mais ênfase à relação do sujeito da classe com sua coletividade imediata: os grupos populares (Martín-Baró, 1996).

Martín-Baró também afirma que a conscientização não consiste em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, colocando o elemento da práxis política como aspecto fundamental (Dobles, 2015), já que considera se tratar de um processo caracterizado pela modificação da situação objetiva do sujeito da classe. Deste modo, a conscientização como práxis transformadora caracteriza-se pela “mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais” (Martín-Baró, 1996 p. 16-17). Esta mudança, contudo, não corresponde a uma ação voluntarista do indivíduo isolado, mas à construção de um projeto classista (Dobles, 2015). Assim, o autor estabelece as bases da Psicologia da Libertação, construindo-a a partir de um enfoque marxista.

Com efeito, a noção de conscientização, mesmo que este fenômeno seja observado pelo prisma do campo particular do sujeito e da grupalidade, está afinado com os preceitos de Marx e Engels (2005), quando afirmam na Ideologia Alemã, que “A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas cond[ições] da indústria, do co[mércio], [da agricul]tura, do inter[câmbio] [...] (p.29). (Colchetes do editor).

O enfoque de Martín-Baró (1996) torna-se, portanto, válido para analisar os movimentos da consciência psicológica nos termos postos por Lukács (2003). Isto é, para compreender um processo de desencadeamento da consciência crítica no âmbito da singularidade dos sujeitos históricos, constituídos na sociedade de classes.

Procurando, portanto, estabelecer um paralelo entre as perspectivas aqui mencionadas, podemos entender que, quando Martín-Baró (1983) afirma que o objeto de estudo da Psicologia Social (entendendo que este raciocínio é válido para todo campo da Psicologia) é a ação enquanto ideológica, compreendemos nos termos aqui adotados, igualmente, que o objeto de estudo da Psicologia corresponde ao encontro da consciência psicológica com a consciência de classe.

Assim, concluímos que o conceito de conscientização, se não bem situado no materialismo histórico e dialético, corre o risco de psicologizar o conceito marxiano de consciência de classe e isto traz repercussões



práticas na forma como se trava a luta social e como se reivindica uma Psicologia classista, como fez o próprio Martín-Baró (Dobles, 2015). Vamos tentar explicar nosso ponto de vista...

Quando se fala em consciência de classe como classe e a diferencia da consciência psicológica, Lukács não tem a intenção de cindir a apropriação subjetiva (ou teórica) da realidade política da própria objetividade da política (que se funda pelas condições universais postas pelo capitalismo aos trabalhadores). A intenção do autor é apenas diferenciar estes dois processos, ainda que sem causar uma separação entre eles – é a identidade da não identidade, a unidade dos contrários, a dialética.

Com efeito, diferencia-se uma ação e um conhecimento teórico críticos, derivados de uma realidade particular, de uma práxis política revolucionária, entendendo a revolução como um momento excepcional da história, que afeta universalmente todos os segmentos e camadas da sociedade, uma vez que se caracteriza por uma transformação das estruturas da velha sociedade e pela criação de novas estruturas, independentemente das vontades e ações particulares – ou seja, um momento que se põe acima da consciência psicológica dos indivíduos particulares, ainda que não esteja descolada dela (Lukács, 2003).

Assim, mesmo que os enfoques teóricos sejam diferentes – um olhando mais para os aspectos estruturais da luta de classes, outro mais para a perspectiva do sujeito político – a perspectiva de Lukács pode se aproximar de Martín-Baró (1983), quando, por exemplo, o último afirma que o social é mais do que a soma de indivíduos (assim como compreendido pela Psicologia Social dominante). Com isto, o autor quis afirmar que há aspectos estruturais que dizem respeito à dimensão social, institucional, política, cultural e econômica da realidade concreta e que se sobrepõem ao indivíduo isolado ou aos grupos específicos. Mas, somado a esta compreensão ainda é necessário reconhecer, pela via do marxismo, que a dimensão econômica não é apenas mais uma dimensão da realidade, mas é estruturante do modo de sociabilidade (Lukács, 2003). Não que ela torne a subjetividade um mero artifício da realidade, mas que coloca as bases para o funcionamento dos mais variados complexos sociais.

De todo modo, queremos chamar a atenção para o fato de que a concepção marxiana traz repercussões teórico-práticas no campo da Psicologia como ciência e profissão. Por exemplo, no campo teórico-filosófico deixa claro que o fenômeno psicológico não emana do indivíduo isolado – nos termos da clínica psicológica tradicional – mas da própria condição histórica, cultural e material. Logo, a ação transformadora do psicólogo deve ser pensada nos limites objetivos do fenômeno psicológico, o que não nos impede de construir horizontes concretos para uma atuação profissional crítica.

Em primeiro lugar, a atuação crítica pode ser observada no campo institucional, atuando, por exemplo, no âmbito das políticas públicas e dos

direitos sociais (ou seja, na lógica da cidadania) (Tonet, 2005). Cabe afirmar que o enfrentamento nesta dimensão é imediatamente necessário. Porém, em que pese o papel social e economicamente restrito da Psicologia como ciência e principalmente como profissão, e a posição deste profissional na divisão social do trabalho, a ação crítica do psicólogo encontra limites objetivos tanto para efetivar as próprias pautas da esquerda democrática (Tonet, 2005) por mais justiça social e distribuição econômica, quanto mais para contribuir na direção da emancipação humana, como proposto por Marx e Engels (1845/2005): a superação da sociedade de classes.

Em um segundo sentido, a ação política de uma Psicologia Crítica pode ser compreendida de maneira mais ampla, como ação de enfrentamento de classe ou como movimento social subordinado às lutas travadas pela classe trabalhadora. Isto não impede, evidentemente, de travar disputas pela via institucional, perseguindo melhores condições de vida e trabalho para as classes populares e para própria categoria. Fundamentalmente, esta ação corresponde a uma ação política que se apropria das pautas históricas que remetem ao conjunto dos trabalhadores. Isto nos afasta da noção de que somos, como psicólogos, uma associação de profissionais liberais que se reúnem apenas em torno de pautas corporativistas, como é comum notar no campo de uma Psicologia brasileira, que não tem forte tradição sindical (Hur, 2005). É necessário, portanto, pensar o campo crítico da Psicologia como movimento social e vislumbrar um movimento social e científico de orientação classista (Martín-Baró, 1996; Dobles, 2015; Holzkamp, 2016).

### **Movimentos Sociais e práxis política no marxismo**

Afirmar que uma Psicologia Crítica deve se assumir como movimento social de orientação classista pode parecer vago se não for apresentada uma definição clara deste conceito, que tem uma diversidade de enfoques e de conceituações para delimitá-lo ou defini-lo.

A noção de Movimentos Sociais surge no processo de hegemonização do modo de produção capitalista, na construção da concepção de cidadão e dos direitos civis como direitos à educação, saúde, moradia, credo político e religioso, etc., não rompendo, efetivamente, com a noção liberal de liberdade: de consumir e vender sua força de trabalho. Essa aparente contradição, ou seja, direitos de cidadania e exclusão daqueles que não se encaixam nesse modelo, será o norteador de toda a organização social no capitalismo, a dialética da inclusão e exclusão, extremamente necessário para a construção ideológica da hegemonia do capital.

Inicialmente a organização e as ações dos trabalhadores em sindicatos eram chamadas de Movimentos sociais, produzidos na contradição capital-trabalho. Posteriormente, vão surgindo outros

Movimentos Sociais que contribuíram com a elaboração de políticas públicas e se organizam no espaço dos direitos civis, humanos e de cidadania. Muitos não fazem a crítica ao modo de produção capitalista e nem propõem sua transformação, somente algumas mudanças paliativas, típicas do Estado do Bem-Estar Social.

Esta fase do desenvolvimento capitalista tinha como objetivo consolidar a hegemonia política e econômica norte-americana pós-Segunda Guerra Mundial e na denominada Guerra Fria (o confronto político, econômico, ideológico, militar entre EUA e a antiga União Soviética) que, na América Latina, vai se expressar por políticas desenvolvimentistas com suporte da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Estado Americano (OEA), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e a "Aliança para o Progresso", especialmente nos campos de consumo coletivo (transporte, habitação, saúde, assistência social, lazer) (Faleiros, 1986). Saviani (1987) diz que essas ações são necessárias justamente pelo caráter antissocial da economia, ou seja, o caráter privado da economia.

A análise dos Movimentos Sociais no marxismo não é uma constante preocupação. O tema central sempre foram os trabalhadores, principalmente os operários e as relações econômicas no modo de produção capitalista. Por outro lado, essa temática é recente, pois tem seu ápice a partir dos anos 1960, com o aprofundamento das contradições urbanas, propiciado pela nova ordem econômica mundial pós-Segunda Guerra que intensificou o processo de industrialização e a migração para os grandes centros urbanos, principalmente nos países da América Latina. No Brasil, contribuem com isso o golpe militar de 1964 que dá sustentação ao aprofundamento do processo de exploração do capitalismo, intensifica o processo de privatizações, principalmente em áreas de direitos sociais, como educação e saúde e sustenta a penetração do capitalismo no campo e os grandes latifúndios que expulsam gradativamente a população camponesa para os grandes centros do sul e sudeste brasileiro. Essa população irá se aglomerar nas periferias desses grandes centros sem praticamente nenhuma infraestrutura de equipamentos sociais. Essa situação também agrava as já precárias condições de vida da população trabalhadora que já habitava esses espaços anteriormente. Essa situação conjuntural impulsiona o surgimento dos Movimentos Sociais, principalmente nas áreas de direitos do cidadão. Surgem movimentos contra a carestia, por serviços de saúde, por creches e escolas, por transporte e todos se articulam na luta contra a ditadura militar, o que lhes confere uma certa organicidade e uma proximidade com os movimentos dos trabalhadores em suas lutas econômicas.

Com o avanço do neoliberalismo, o individualismo liberal burguês invade diferentes esferas da vida social e alcança o interior de muitos

Movimentos Sociais, que passam a ter como foco não as conquistas coletivas, mas individuais. A partir de então, questões como preconceito, discriminação e exclusão, tais como a homofobia, o racismo e as questões de gênero tendem a sair da esfera coletiva para a esfera individual em uma perspectiva não classista – e em alguns casos, negando as discussões de classe e econômicas. Ampliam-se os movimentos em relação a questões ambientais, aos direitos dos animais, que geralmente também não fazem uma crítica ao modo de produção capitalista e suas mazelas, reportando-se à consciência individual dos sujeitos. Surgem outros tipos de movimentos que partem de situações particulares e buscam ser ouvidos, apesar do pouco impacto social. Esses movimentos ficam no limite de uma reivindicação identitária, cultural e de valores, chamados agora de Novos Movimentos Sociais – NMS.

Os denominados “Novos” Movimentos Sociais (Gohn, 2011) desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes (os aspectos universais da classe já citados, que foram identificados por Marx e Engels e também por Lukács como essenciais à formação da consciência de classe como classe). Assim, podemos entender que os NMS, do ponto de vista teórico e da práxis política, tendem a atuar na esfera da consciência psicológica nos termos, por exemplo, de um projeto de formação de cidadãos críticos, sem romper com as estruturas do modo de sociabilidade burguesa. Deste modo, as práticas dos NMS não se aproximam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas, ou seja, não se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica, no sentido da construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção anticapitalista. (Siqueira, 2017).

A questão do novo aparece, no contexto neoliberal, no sentido de dizer que o velho está ultrapassado e de que as questões postas por esses outros movimentos estão superadas, tal como a luta de classes. Assim, por exemplo, muitos movimentos ambientais na atualidade apregoam que, para construir um mundo ecologicamente sustentado não seria necessário superar o capitalismo – é preciso construir, dizem, um capitalismo social e ambientalmente responsável. Porém, como pressupor uma sociedade que ultrapasse a sociabilidade produzida no capitalismo sem questionar o próprio capitalismo?

Os movimentos ecológicos, LGBTs, feministas – ou ainda que de forma diferente, aqueles situados no corporativismo de categorias profissionais como a Psicologia – enfim, todos aqueles que estão presos à esfera imediata do campo da singularidade, nos termos de Lukács (2003), esbarram nos limites dos direitos individuais, ou se quiser, de uma conscientização que não questiona o capital e o modo de produção. Assim,

também não são criminalizados, pois se aproximam dos valores do denominado neoliberalismo, que se desenvolve no processo de reestruturação produtiva e que faz a crítica à intervenção social estatal no campo das políticas públicas, e ainda faz elogio às virtudes reguladoras do mercado e defendem as liberdades individuais, o que implica em menos direitos sociais, aumento da desigualdade social, na destruição do meio ambiente, etc. Claro que há nesses movimentos possibilidades de que passem a apresentar esse questionamento, de que levem em conta a discussão socialista e da luta de classes, pois essas contradições ainda não foram superadas e continuam sendo determinantes no desenvolvimento das relações sociais e na sociabilidade capitalista.

Nessa conjuntura, torna-se imperativo uma análise criteriosa e científica desses movimentos, procurando resgatar os determinantes que originaram essa forma de posicionamento político. Para isso, recorreremos a autores que utilizaram autores marxistas e categorias do materialismo histórico dialético nessa análise.

A conceituação de Gohn (1995, p. 44) sobre Movimentos Sociais – apesar de generalista e de não corresponder, necessariamente, à uma perspectiva classista – implica que alguns dos denominados NMS não se enquadrariam nessas definições, posto o caráter predominantemente individualistas e particularistas. A autora recorre a Scherer-Warren (1987), identificada com o marxismo e que utiliza categorias desta corrente para a análise dos Movimentos Sociais. Gohn (2011) também escreve um capítulo fazendo uma a síntese dos autores e militantes marxistas que trataram desse fenômeno em seus escritos. As semelhanças entre eles é de que o caráter de classe, a proposição da revolução socialista, a crítica ao modo de produção capitalista e fundamentalmente a questão da práxis, são os elementos principais para a compreensão do fenômeno.

Para Scherer-Warren (1987) os componentes que possibilitam a análise e compreensão dos Movimentos Sociais são: a ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). A autora detalha esses componentes e se detém especialmente sobre a práxis em Marx. Para Marx, a práxis é o elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens, definindo as três atividades necessárias para isso: a práxis teórica, que é a articulação da teoria com a prática e possibilita a crítica, interpretação e elaboração de projetos voltados para a construção de um processo de transformação; a práxis produtiva como a mais importante do mundo social que é o mundo do trabalho e fruto da atividade produtiva e a práxis política que pressupõe a articulação da práxis teórica e práxis produtiva e nos remete à questão da alienação.

Com sentido mais restrito, a práxis teórica é aquela que possibilitará ao sujeito revolucionário o conhecimento e a interpretação científica da realidade, ainda que "nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social por si só garante sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação." (Vasquez, 1977, p.129).

Desse modo, práxis produtiva ganha um sentido mais amplo, pois é aquela que possibilitará a compreensão do trabalho alienado e a necessidade de superação do trabalho alienado – de onde decorre a situação universal de exploração da classe trabalhadora.

Utilizando-se das leis e de terminologia utilizadas pelos economistas burgueses e partindo do fato econômico tal como ele se manifesta, Marx (1993, p. 157) mostrou, não só que o "trabalhador desce até no nível da mercadoria", mas também a toda miséria decorrente desse estado de coisas, em função da divisão do trabalho no modo de produção capitalista; mostra ainda que a economia política burguesa naturaliza a existência da propriedade privada, sem compreendê-la e conseqüentemente explicá-la, produzindo, assim, um amplo sistema de alienação. (Gradella, 2002)

Este amplo sistema de alienação se realiza em quatro dimensões: 1) a relação do trabalhador com os produtos do seu trabalho, 2) a relação do trabalhador com a processo de produção, 3) a relação do homem com o gênero humano e 4) a relação do homem com os outros homens. Estes aspectos não podem ser considerados isoladamente e nem como uma determinação absoluta no que diz respeito a sua forma de expressão. Devemos compreendê-los em suas interrelações e interconexões, sendo produzidos, historicamente, enquanto um processo de dominação, o que nos permite desnaturalizar o que a ideologia burguesa (com apoio da própria Psicologia dominante) procurou tornar natural: que o processo de alienação sempre esteve presente na vida dos homens. (Gradella, 2002)

A práxis política, por fim, remete à formação de uma consciência de classe e a um movimento social e organização de classe, desenvolvendo uma ideologia de classe. Para Marx, a superação do modo de produção capitalista só é possível pela luta revolucionária das classes organizadas – o que pressupõe uma consciência de classe como classe da forma como é entendido por Lukács, ainda que isto não implique de forma alguma na eliminação das particularidades dos sujeitos e das pautas identitárias dos Movimentos Sociais, mas, pelo contrário, uma complementariedade de diferentes reivindicações, organizadas, entretanto, no marco da luta de classes.

É a partir deste marco que iniciaremos agora uma reflexão sobre a Psicologia como ciência e profissão, em especial, sobre os Movimentos Sociais que marcam as Psicologias Críticas no Brasil, levantando alguns desafios ético-políticos impostos pela conjuntura na atualidade.

### **Psicologias Críticas e os desafios da conjuntura na atualidade: um enfoque na Psicologia brasileira**

O posicionamento crítico da Psicologia diante dos acontecimentos relevantes da conjuntura foi (e vem sendo) construído a duras penas na história da ciência e da profissão no Brasil. Com um corpo hegemônico caracterizado por uma Psicologia positivista e supostamente “neutra” – assumindo práticas despolitizadas e um conhecimento pautado pelo modelo médico individualista – nunca foi tarefa fácil posicionar-se, politicamente, no interior da Psicologia, ainda mais quando se trata de apontar o caráter de classe do fazer psicológico dominante, historicamente atrelado ao modo de sociabilidade capitalista (Dazinger, 2002; Martín-Baró, 1996; Parker, 2007; Pavón-Cuéllar, 2017; Yamamoto, 2007).

Muito menos fácil ainda foi organizar-se pela “esquerda” (Hur, 2005) na Psicologia de forma sistemática e organizada, como ocorreu nas entidades representativas da profissão a partir da década de 1990 no Brasil. Somente quando um grupo de psicólogos consegue reunir pensamentos e práticas que superaram o casulo clínico tradicional, para olhar além das demandas imediatas e corporativistas, é que as pautas dos Movimentos Sociais e contestatórios passaram a conviver com determinadas teorias e práticas psicológicas que aqui chamamos de críticas.

A definição do que pode ser considerado uma Psicologia Crítica, contudo, não é das tarefas mais simples. Por isto, é necessário especificar o significado desta caracterização tomando como ponto de partida a realidade política na atualidade (Dobles, 2005; Pavón-Cuéllar, 2017).

O movimento crítico na Psicologia Social brasileira ganhou corpo com a aproximação de psicólogos de diferentes vertentes teóricas, que se preocuparam em se aproximar dos Movimentos Sociais, se posicionar contrariamente à ditadura militar burguesa e que se aglutinaram em torno de um projeto para a profissão (Bock, Ferreira, Gonçalves e Furtado, 2007; Hur, 2005). Este processo histórico culminou com a tomada da direção, pela “esquerda”, da federação de sindicatos dos psicólogos e do sistema de Conselhos de Psicologia (Hur, 2005).

Não é o propósito identificar, um a um, como foi o processo de aglutinação de diferentes psicólogos em torno de um projeto mais ou menos comum para a ciência e a profissão no Brasil. Isto demandaria uma análise histórica muito mais aguçada e detalhada do que apresentamos aqui. Nosso foco é identificar processos mais amplos de aglutinação, que podemos datar da década de 1960, quando vimos se reunir um grupo de psicólogos mais comprometidos com a conjuntura brasileira, oriundos, principalmente, do campo da Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia Institucional e Psicologia aplicada à saúde pública (Bock et al., 2007; Hur, 2005).

Este movimento, inicialmente pulverizado e limitado à realização de práticas acadêmicas, assume, definitivamente, em diferentes esferas da sociedade, uma atuação política atrelada às pautas de Movimentos Sociais e grupos organizados de esquerda. Neste cenário, que vai se consolidando na década de 1980, surge um dos grupos mais representativos da profissão até os dias de hoje, que se reúne em torno do lema “Psicologia e compromisso social”, assumindo futuramente entidades representativas da categoria (Bock et al, 2007; Hur, 2005).

Este grupo, atuando sob o lema do “compromisso social”, foi importante para criação de um dos marcos das Psicologias Críticas brasileiras: a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), resultado de experiências dentro e fora da academia. Mais do que isto, é fruto do engajamento social e político de diferentes psicólogos, também influenciados por movimentos semelhantes na América Latina (Molón, 2001).

Todo este processo ocorre em um cenário político efervescente no país, que culminou com a construção da chamada constituição cidadã de 1988, abrindo definitivamente um novo campo (assalariado) de atuação para os psicólogos: as políticas públicas (Bastos, Gondim e Borges-Andrade, 2010; Yamamoto, 2007). Ainda no cenário da “redemocratização”, figuras como Silvia Lane cumpriram um papel de destaque nas lutas empreendidas no interior da ciência e da profissão (Bock et al., 2007), e muitos psicólogos, então, passaram a tomar parte dos movimentos dos trabalhadores na luta pela garantia de direitos sociais.

No interior do movimento crítico de psicólogos brasileiros, o lema do “compromisso social” – até hoje hegemônico nas entidades profissionais de Psicologia no país – é representado por um setor específico, que também se desenvolveu em parceria com outros campos da Psicologia na América Latina ocupados com a dinâmica de lutas e reivindicações contra as ditaduras militares, a opressão contra os povos tradicionais e o engajamento por mais direitos sociais (Dobles, 2005; Martín-Baró, 1983; Pavón-Cuéllar, 2017).

Mas os desafios colocados para as Psicologias Críticas não cessaram, no Brasil e na América Latina, com o fim dos processos ditatoriais. É sabido que, a partir da década de 1990, o neoliberalismo consolidou-se (especialmente no Brasil) e com isso, assistimos a um desmonte de um Estado de Bem-Estar Social que mal havia se consolidado na realidade brasileira. Nesta mesma época, a “esquerda” da Psicologia – que, como propõe Hur (2005), é compreendida de modo amplo – tomou o controle da direção das principais entidades representativas da profissão. Desde então, as Psicologias Críticas (e neste bojo, o movimento do “compromisso social” com atuação hegemônica nestas entidades), vem se deparando com um novo desafio: o processo de assalariamento da profissão somado a um



acelerado desmonte das políticas sociais e a terceirização (Yamamoto, 2007).

A realidade imposta pelo capital com a reestruturação produtiva, desestruturação sindical, flexibilização dos direitos trabalhistas, criminalização dos Movimentos Sociais e crescimentos das estratégias de responsabilidade social (para dar alguns exemplos listado por Antunes, 2008, Montaña, 2002 e Netto, 2007), coloca desafios aos projetos das Psicologias Críticas na conjuntura de hoje e impõe, segundo Yamamoto (2007), questões atuais que nos fazem repensar o uso e o desuso de conceitos como “compromisso social”, especialmente quando forças consideradas de esquerda assumem o governo federal no Brasil, após 2002, e passam a implementar a agenda neoliberal.

Assim, em um período recente, o lema que remetia a uma ideia de transformação social foi aos poucos sendo banalizado e isto deve-se a alguns motivos, que caracterizam o cenário do neoliberalismo (Yamamoto, 2007). Além dos aspectos estruturais já citados, damos destaque também à banalização do conhecimento e a formação tecnicista, que sempre existiram, mas que ganharam ainda mais força com a recente expansão do ensino superior privado e concomitante sucateamento das universidades públicas, como lembra Chauí (2014) ao adotar o conceito de universidade operacional. Ao mesmo tempo, a precarização das condições do trabalhador, somado ao crescimento do que se convencionou chamar no mundo corporativo de “responsabilidade social”, alimentando a ilusão de humanização do capitalismo (Montaña, 2002), também repercutiram, negativamente, no vasto campo das Psicologias Críticas no Brasil, que de uma forma ou de outra sempre esteve atuando no campo das políticas públicas, tradicionalmente realizadas em parceria com o terceiro setor (Yamamoto, 2007).

O sucateamento do ensino superior público e a permanente hegemonia da formação tecnicista, somado à intensificação da precarização do psicólogo assalariado no campo das políticas públicas, são alguns desafios das Psicologias Críticas na atualidade.

Há, ainda, um elemento a mais a ser considerado: o avanço do conservadorismo social e a presença deste pensamento no interior da categoria profissional, ainda que por fora das entidades representativas da profissão no Brasil. Setores conservadores liderados pelos neopentecostais, sabidamente apoiadores do atual presidente da nação, desejam construir novas pautas para a Psicologia brasileira, dentre elas, a já referida Cura gay e uniformização do modelo nuclear burguês de família. (Anjos e Lima, 2016). Também como foi colocado inicialmente, para esses setores o aborto deve tratado como “crime contra a vida”. Os Direitos Humanos são relativizados, entre outras pautas que podem significar a desconstrução de elementos progressistas que setores críticos da Psicologia e da sociedade trouxeram para a profissão no período recente.

A conjuntura na atualidade, dentro e fora da Psicologia, coloca ainda mais ênfase à questão: afinal, o que poderíamos chamar de Psicologias Críticas?

Defendemos que não é possível estabelecer critérios (ainda que amplos) do que seriam as Psicologias Críticas sem analisá-los com base na realidade social e econômica que vivemos na atualidade. Desta afirmação, já se é possível estabelecer um primeiro critério, baseado na compreensão de Lane (1995) e Martín-Baró (1996): as Psicologias Críticas são aquelas que partem da realidade material, que buscam seus objetos de investigação na conjuntura, buscando resolver os problemas postos por ela. Isto, para Holzkamp (2016) corresponde à superação da Psicologia dominante. Mas, mais do que isso: não se trata de uma proposta de contemplação da realidade, mas de Psicologias determinadas por uma práxis política, nos termos expostos por Gonh (2011), voltadas para compreensão e atuação na realidade da maioria da população, em outras palavras, da classe trabalhadora (Dobles, 2015; Martín-Baró, 1996; Pavón-Cuéllar, 2017).

Ao tratar das etapas históricas da Psicologia Social, por exemplo, Martín-Baró (1983) faz uma diferenciação entre uma Psicologia dominante, caracterizada pela perspectiva do explorador e outra pautada pela ótica do explorado. E assim propõe uma Psicologia de recorte classista, indicando a necessidade de um posicionamento ético-político de uma ciência e profissão ocupadas em apoiar e entender, a partir de suas ferramentas, a luta dos setores marginalizados da sociedade capitalista (Martín-Baró, 1983; 1996). Com base nesta compreensão, podemos entender que o primeiro critério para identificar as Psicologias Críticas seria, então, o enfrentamento da “questão social” (Netto, 2007) pela ótica das classes populares, isto é, Psicologias posicionadas diante da luta de classes em favor da emancipação da classe trabalhadora – assumindo posições, métodos e táticas diferenciados e até contrapostos uns aos outros.

Ainda é necessário lembrar que a luta de classes é um fenômeno dinâmico e assume contornos conjunturais. Por esta razão, mais uma vez, destacamos a necessidade de compreender as Psicologias Críticas diante dos desafios postos pela realidade política na atualidade – que, como dissemos, é caracterizada pela precarização do ensino superior, pela formação utilitarista e pela precarização das condições do trabalho assalariado do psicólogo, decorrências do neoliberalismo. E ainda, também pelo avanço do conservadorismo social e político.

Com efeito, é mais uma vez necessário reafirmar a atualidade dos princípios ético-políticos do projeto de Psicologia fundado desde a década de 1960 por Silvia Lane, Martín-Baró e outros importantes psicólogos críticos, especialmente no Brasil e na América Latina (Dobles, 2015).

A afirmação de hoje reforça a afirmação histórica daqueles que sempre lutaram e se defenderam contra os interesses mesquinhos do

capital. Porém, a luta contra os processos de terceirização e precarização do trabalho ganhou novos contornos, pois vem afetando, diretamente, a profissão de psicólogo, que hoje é mais assalariada que ontem, já que ela vem atuando com mais presença no campo das políticas públicas (Euzébios Filho, 2016).

Também como havíamos destacado anteriormente, não podemos virar as costas para a banalização do conhecimento, que vem junto com o rápido crescimento do setor privado de Educação, com claros interesses mercadológicos, contribuindo, de maneira cada vez mais agressiva (usando este termo em alusão ao capitalismo destrutivo, como se refere Meszáros, 2007) para uma formação fortemente marcada pelo tecnicismo e pelo esvaziamento político da formação do psicólogo. Esse tipo de formação favorece o senso comum, à naturalização do fato histórico e da própria essência humana, como bem faz uso o conservadorismo na atualidade.

### **Considerações finais**

Os desafios da conjuntura atual colocam à prova o lema do “compromisso social” em um contexto em que a “esquerda” assume por décadas a linha de frente das entidades representativas da Psicologia no Brasil. Trata-se de um movimento crítico, caracterizado, majoritariamente, por ideais democráticos que não ultrapassam o campo da cidadania, mas que reivindicam, por exemplo, a ampliação das políticas públicas e direitos sociais para os mais pobres. É esse conjunto de bandeiras que representou a ascensão de partidos e entidades como o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Euzébios Filho, 2016). São estas entidades que lideraram avanços sociais no Brasil nos últimos anos e influenciaram parte importante da Psicologia Crítica brasileira.

Porém, foi também o PT e a CUT que ajudaram, paradoxalmente, a desconstruir os direitos sociais e as políticas públicas que eles próprios ajudaram a conquistar no Brasil. Em parceria com outros partidos, sindicatos e Movimentos Sociais, aprovaram “reformas” que comprometeram os avanços anteriormente conquistados. Podemos citar como exemplo: (i) reforma da previdência, que amplia a idade para aposentadoria de funcionários públicos federais; (ii) reforma universitária, que trouxe mais recursos públicos para o setor privado da educação; (iii) ações que favorecem o que foi denominado de Parceria Público-Privada (PPP), culminando no desmonte do Sistema Único de Saúde, por exemplo (Euzébios Filho, 2016).

Poderíamos citar outras ações que mostram o comprometimento da outrora esquerda democrática (Tonet, 2005) com a agenda neoliberal – comprometimento não necessariamente questionado pelo “compromisso social”, até pela ligação histórica deste setor com os governos petistas (Euzébios Filho, 2016). São ações que agravaram, ainda, o cenário de

intensa confusão ideológica em que a população não sabe mais reconhecer, necessariamente, quem é direita e quem é esquerda, o que é favor e o que é direito (Segrillo, 2004). Confusões que abriram, sem dúvida, espaço para o conservadorismo retomar zonas de controle, dentro e fora do Estado (Euzébios Filho e Guzzo, 2018), e que vem contribuindo na atualidade para a retirada sucessiva de direitos da classe trabalhadora, criminalização das lutas sociais, mais opressão e exploração.

Para além do que a “esquerda” ajudou a construir e desconstruir nas últimas décadas no Brasil, outros atores sociais emergentes na conjuntura brasileira, atrelados a propostas conservadoras dentro e fora da Psicologia, reafirmam a necessidade (sempre imperiosa) de debater o significado do que possa representar o termo transformação ou “compromisso social”.

É necessário lembrar que o ajuste destes termos tem uma função prática: distinguir a luta tática contra as pautas em comum na urgência do contexto atual, em que pese a unidade necessária de um amplo campo de esquerda para esse enfrentamento imediato. Por outro lado, a reflexão proposta neste artigo serve para não perder de vista o horizonte estratégico da emancipação e para demonstrar a impossibilidade de realizá-lo por dentro do capitalismo.

A mudança social em uma perspectiva revolucionária está colocada como pano de fundo da definição teórico-política das categorias consciência de classe e práxis política: a emancipação da classe trabalhadora como fundamento para emancipação humana e superação da alienação. É esse o ideal da Psicologia classista, construído em meio a processos históricos de lutas e reivindicações sociais no Brasil e na América Latina.

## Referencias

- Anjos, K. P. L.; Lima, M. L. C.. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a Psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 49-56.
- Antunes, R. (2008). As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. Em M. O. Silva e Silva e M. C. Yazbek (orgs.) *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*, (pp. 41-51). São Paulo: Cortez.
- Bastos, V. M. B.; Gondim, S. M. G.; Borges-Andrade, J. E.; (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? Em O.H. Yamamoto e A. L.F. Costa (orgs.). *Escritos sobre a profissão do psicólogo no Brasil*. (pp. 21-47). Natal: Editora da UFRN.
- Bock, A. M. B.; Ferreira, M. R.; Gonçalves, M. G. M.; Furtado, O.; (2007). Silvia Lane e o projeto do “compromisso social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade. Edição especial*, 46-56.

- Chauí, M. (2014). *Contra a universidade operacional. A greve de 2014*. Consultado em 25 de julho de 2018 em [http://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex\\_chau\\_i.pdf](http://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chau_i.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). *Resolução 0001/99. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*. Consultado em 26 de março de 2020 em [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)
- Davidov, V. V. (1982). *La enseñanza escolar y el desarrollo Psíquico*. Moscú: Editorial Progreso.
- Dazinger, K. (2002). *Constructing the subject: historical origins of psychological research*. Cambridge: University Press.
- Dobles, I. (2015). Psicología de la liberación y Psicología comunitaria latino-americana. Uma perspectiva. *Teoria y crítica de la Psicología*, 6, 122-139.
- Euzébios Filho, A; Guzzo, R. S. L (2018). A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. *Revista Psicologia USP*, 28(2), 159-168.
- Euzébios Filho, A. (2016). Psicologias para além do consultório e a questão social no Brasil: desafios para a crítica em tempos de neoliberalismo. Em A. Euzébios Filho (org.). *Psicologia(s) para além do consultório: reflexões e contextos de atuação*, (pp. 13-32). Curitiba: Juruá.
- Freire, P. (2001) *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gradella, O. (2002) *Sufrimento psíquico e trabalho intelectual do docente universitário*. Marília, 154 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- Gonçalves, R. de P., Cabó, L.J.F., Araújo, A.C. B. (2009) Movimentos sociais no contexto da crise estrutural do Capital. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, Ano1, Número 1.
- Gohn (1995), M. da G. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995
- Gohn, M. da G.. (2011) *Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Harvey. D. (2014) *Cidades rebelde: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Holzcamp, K. (2016). Los conceptos básicos de la Psicología Crítica. *Teoria y Crítica de la Psicología*, 8, 293-302.
- Hur, D. (2005). *Políticas da Psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período de redemocratização do país*. Dissertação de mestrado, 220 p. Instituto de Psicologia. São Paulo, USP.

- Iasi, M. L. (2006) *As Metamorfoses da Consciência de Classe: Entre a Negação e o Consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lane, S. T. M. (1995). Avanços da Psicologia social na América Latina. Em S. T. M Lane; B. Sawaia. (Org.). *Novas veredas da Psicologia Social*, (pp. 67-81). Rio de Janeiro: Brasiliense.
- Lessa, S. (2002) *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe*. (R. Nascimento, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1923.
- Martín-Baró, I. (1983). *Acción e ideología*. San Salvador: UCA editores.
- Martín-Baró, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 19-32.
- Marx, K. e Engels, F. (2005). *A ideologia alemã*. (trad. Silvio Donizete Chagas). São Paulo: Centauro, 1845.
- Meszáros, I. (2007). *O desafio e o fardo do tempo histórico*. (trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim). São Paulo: Boitempo.
- Molón, S. I. (2001). A Psicologia Social abrapiana: apontamentos históricos. *Interações*, 12, 41-68.
- Montaño, C. E. (2002). O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". *Lutas Sociais*, 8, 53-64.
- Netto, J. P. (2007). *Capitalismo monopolista e Serviço Social* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Parker, I. (2007). *Revolution in Psychology. Alienation to Emancipation*. Londres: Pluto.
- Pavón-Cuéllar, D. (2017). Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal. *Psicología Política*, 17(40), 589-607.
- Segrillo, A. (2004) confusão ideológica esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 3 (47), 615-632.
- Scherer-Warren, I. (1987) *Movimentos Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Siqueira, S. M. M. (2017). *O papel dos Movimentos Sociais na construção de outra sociabilidade*. Consultado em 26 de junho de 2017. em <http://25reuniao.anped.org.br/excedentes25/sandramariamarinhosiqueirat03.rtf>.
- Tonet, I. (2005). *Educação e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí.
- Urban, M. (2004). *El viejo y la nueva derecha radical*. Barcelona: Crítica Alternativa.

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1), 30-37.

---

Fecha de recepción: 8 de mayo de 2019

Fecha de aceptación: 7 de mayo de 2020